

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Gastos com consultorias chegam a R\$ 40 milhões em 2022

Levantamento no Portal da Transparência do Distrito Federal mostra que o governo gastou R\$ 40,7 milhões com consultorias em 2022. Metade desse valor partiu do Inas (Instituto de Assistência à Saúde do Distrito Federal). Foram destinados R\$ 20,77 milhões. Em seguida, vem a Secretaria de Obras e Infraestrutura que aplicou R\$ 10,9 milhões. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico gastou R\$ 3,6 milhões. Em quarto lugar, aparece o Detran. Foram R\$ 2,3 milhões.

Debate aberto

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, quer abrir a discussão sobre soluções para reduzir o número de moradores de rua pela cidade. Comerciantes da área central de Brasília reclamam de furtos e drogas. Mas Avelar quer apoio da área de assistência social para ajudá-los. Ele acredita que o debate sobre soluções deve incluir todos os setores da sociedade: comunidade, ongs, comerciantes, governo, Ministério Público e Defensoria Pública.

Redes sociais



Já de olho em 2026

O advogado Antônio Gomes topou ingressar no União Brasil para ajudar a organizar o partido, desde já, para as eleições de 2026. O convite partiu do presidente regional, Manoel Arruda, e do deputado distrital Eduardo Pedrosa (União). Na última eleição, Antônio Gomes estava no PL e atuava como coordenador político.

Redes sociais



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Entrou em vigor lei que multa agressores de mulheres em até R\$ 500 mil no DF. A nova punição prevê ainda que o agressor pague pelo atendimento de saúde e assistência prestado à vítima. Pelo texto, de autoria do deputado Ricardo Vale (PT), o valor da multa pode variar de acordo com a capacidade econômica do agressor e a gravidade da infração. A autuação mínima é de R\$ 500 e pode aumentar em dois terços caso a violência envolva o uso de arma de fogo e o dobro para casos de reincidência. Os valores serão regulamentados pelo GDF.

Silêncio compensa

O ex-presidente Jair Bolsonaro não deu um pio sobre a prisão e liberação do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres. Coube aos filhos comentar o assunto. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o filho 01, fez uma singela homenagem nas redes sociais quando Anderson deixou a prisão: "Que o convívio com a família lhe dê forças para superar as injustiças!". O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) também se manifestou: "Boa notícia. Anderson Torres não se enquadrava em hipótese de prisão preventiva, jamais deveria ter sido preso, mas, ainda assim, uma boa notícia. Avante!". Mas, nesse momento, o silêncio de Bolsonaro pode mais atrapalhar do que ajudar.

AFP



Novo desafio

O ex-secretário de Comunicação do governo Rollemberg, do governo gaúcho de Yeda Crusius e porta-voz do governador Roriz, Paulo Fona assumirá a comunicação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). "Será um novo desafio trabalhar no Legislativo, numa função importante para a sociedade brasileira", disse Fona.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Ed Alves/CB



Ana Rayssa/CB/D.A. Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Carlos Moura/CB/D.A. Press



Novos eleitos para o Instituto Histórico e Geográfico do DF

José Sarney, Cristovam Buarque, Marco Aurélio Mello e José Eduardo Alckmin foram eleitos para o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal nas quatro últimas vagas. Sarney ocupará a cadeira que tem como patrono o escritor maranhense Josué Montello. Cristovam vai assumir a cadeira de Darcy Ribeiro e Marco Aurélio, a de Mariane Perretti. Alckmin vai assumir a cadeira que tem como patrono Jerônimo Coimbra Bueno. Presidido pelo advogado Paulo Castello Branco, o instituto é uma referência cultural e de preservação da história.



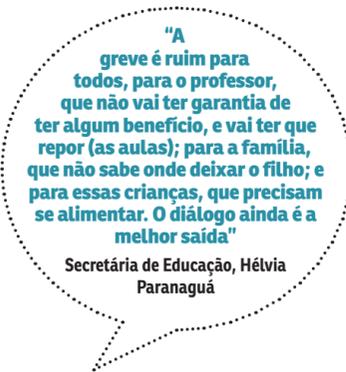
MANDOU BEM

Hoje é o dia de abraçar e celebrar as mães, aqueles seres que iluminam nossos caminhos e são nossas professoras na arte de amar.



MANDOU MAL

Investigação do Gaeco aponta indícios de irregularidades nas parcerias da Secretaria de Esportes para a realização de torneios de jiu-jitsu.



Secretária de Educação, Hέλvia Paraguá



Deputado distrital Gabriel Magno (PT)



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Mariana Lins/CB/D.A. Press



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA RIVANA RIVARTE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep)

"É importante que o sistema de Justiça seja inclusivo e representativo por dentro, com mais mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e de variadas camadas sociais."

As crises do país aumentaram a demanda por serviços da Defensoria Pública e reduziram os investimentos em ampliação do atendimento. Como resolver essa equação?

A crise sanitária causada pela covid-19 aliada à crise econômica evidenciou ainda mais a desigualdade no país. O empobrecimento da população e o aumento das vulnerabilidades impactaram para que mais pessoas buscassem os serviços prestados pela Defensoria Pública. Em todos os estados e no Distrito Federal, os mecanismos e ferramentas de atendimento foram aprimorados

para que o acesso à justiça não fosse prejudicado, e, mais ainda, que fosse ampliado. Os números mostram que, em média, antes da pandemia, havia 14 milhões de atendimentos ao ano, depois, o número alcança 15 milhões de atendimentos.

Os cortes nos gastos públicos vão comprometer o trabalho da Defensoria Pública?

Das carreiras do sistema de justiça, a Defensoria Pública é a mais recente. A instituição atingiu patamar constitucional com a Constituição de 1988, mas a sonhada autonomia administrativa que consagrou a possibilidade de elaborar sua proposta orçamentária foi conferida às Defensorias Públicas Estaduais e Distrital apenas em 2004. Faz cerca de 20 anos, portanto, que a instituição vem, realmente, expandindo sua atuação. E, muito embora tenha havido aumento de orçamento, esse ainda é desproporcional quando comparado a outras carreiras do sistema de justiça. Quando se estabelece congelamento ou corte de gastos públicos, a implementação de muitos direitos sociais como saúde e educação são afetados e, do mesmo modo, também fica afetada a implementação da dimensão organizacional do acesso à justiça pela Defensoria Pública.

Em 2022, terminou o prazo de oito anos que a Emenda Constitucional 80/2014 deu para que a União, estados e DF instalassem Defensorias em todo o país. Como está essa situação hoje?

É evidente que os impactos econômicos sofridos impediram

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



que o ideal desenhado em 2014 fosse alcançado. Mas a análise dos dados revelados com a pesquisa do IPEA em 2013 e 2019/2020 mostram que a presença das DPEs nas comarcas de todo o país evoluiu positivamente, tanto em termos de comarcas atendidas quanto em termos de quantidade de defensoras e defensores em atuação. Com efeito, o número de comarcas atendidas (por defensoras e defensores lotados, em acumulação ou itinerância) passou de cerca de 750, em 2013, para cerca de 1.162, em 2020, e o número de defensoras e defensores prestando atendimento nestas comarcas passou de cerca de 4.500 para 6.235, o que significa aumentos de cerca de 45% e 38%, respectivamente. **No I Mapa da Defensoria Pública no Brasil**, publicado pelo IPEA e ANADep, em 2013, o déficit total no país seria de 10.578 defensores públicos. Em 2021, foi publicado o **II Mapa**, que apontou escassez ativa de 4,7 mil defensoras e defensores nos estados e no Distrito Federal. Ou seja, houve maior investimento dos governos dos estados e foi possível

fazer concurso, a carreira cresceu e se tornou mais conhecida, e atrativa. Alguns estados alcançaram grande cobertura, mas é evidente que em outros a presença da Defensoria Pública precisa evoluir. Atualmente são cerca de 6.500 defensoras e defensores públicos em atuação nos estados. Agora, o que falta avançar depende muito do orçamento.

Como está o Distrito Federal nesse contexto?

No Distrito Federal, a Defensoria Pública está presente em todas as circunscrições administrativas e praticamente todas as unidades jurisdicionais são atendidas por defensoras e defensores públicos.

Nesta semana, em que se celebra o Dia Nacional da Defensoria Pública, 19 de maio, pode-se dizer que o órgão é valorizado pelo Poder Público?

Ao longo dos anos, desde a criação da Defensoria Pública, temos visto o fortalecimento e a valorização da Defensoria em muitos espaços públicos. Como sabemos, há situações distintas nas diferentes unidades da federação. O Poder Legislativo tem cada vez mais compreendido e dado respostas positivas aos pleitos de manutenção da simetria constitucional da instituição com as outras carreiras do sistema de justiça. O Poder Judiciário, por sua vez, tem reconhecido a autonomia da instituição nas demandas que alcançam o STF. O Executivo federal tem dado sinais desta valorização desde o governo de transição, quando além de ter chamado a instituição à escuta, desenha o olhar do fortalecimento

do acesso à justiça no Ministério da Justiça. Nossa expectativa é que, de fato, se volte a desenvolver políticas públicas no país. E a Defensoria não pode estar desassociada disso.

A Lava-Jato foi uma esperança de que o país puniria poderosos e ricos. Mas muito do que foi feito está anulado. Hoje pode-se dizer que só pobres e pretos vão para a prisão?

O retrato do encarceramento do país é consequência do retrato da crise social. Ainda que não se possa dizer que apenas pretos e pobres vão para a prisão, não resta a menor dúvida de que são eles quem mais ocupam os processos criminais e o sistema penitenciário.

De que tipo de magistrado o STF precisa, agora que haverá a sucessão do ministro Ricardo Lewandowski?

A pessoa a ser nomeada para compor a mais alta corte do país necessita, além do claro conhecimento jurídico constitucional, conhecer as vulnerabilidades sociais que assolam o país. Isso porque o STF é o Tribunal mais importante do Brasil, responsável por fazer valer a Constituição e de dizer a última palavra sobre seu significado e aplicação e isso será sempre melhor construído quando se alcança a conjugação entre a formação humana e técnica do profissional. Ademais, é importante que o sistema de justiça seja inclusivo e representativo por dentro, com mais mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e de variadas camadas sociais.